

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA: CONSTRUINDO APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS NA EJA – ENSINO FUNDAMENTAL II

Autores: NOEME SOARES BENICIO CARNEIRO;

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é a modalidade de ensino que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 – LDB, destina-se àquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de frequentar ou de concluir o Ensino Fundamental ou Médio na idade apropriada. Esta modalidade, permeada pela diversidade dos sujeitos que a frequentam, diferencia-se do Ensino Regular em variados aspectos e, na perspectiva da diversidade, enfrenta inúmeros desafios para constituir-se enquanto campo de direitos. Além de considerar as características dos alunos, seus interesses, conhecimentos e vivências, as instituições de ensino precisam proporcionar momentos onde esse alunado possa articular os saberes que trazem consigo com os conteúdos curriculares, construindo aprendizagens verdadeiramente significativas para suas vidas. Através da experiência como docente de Língua Portuguesa em turmas de EJA, foi possível observar que grande parte dos educandos perde o interesse pelas aulas e acabam desistindo de seus objetivos, evadindo da escola e repetindo o insucesso escolar vivenciado anteriormente. Ao levantar junto aos educandos o motivo pelo qual evadem da escola, muitos relatam que se sentem desmotivados, muitas vezes por constatar uma aparente distância entre o conteúdo curricular que é ensinado e o que necessitam para a participação da vida em sociedade. Para Soares *et al* (2011), é possível “perceber os desafios que se impõem à prática escolar e que se revelam através das dificuldades colocadas pela adaptação ou mesmo pela permanência de currículo, materiais e estratégias do ensino regular na EJA, desconsiderando as especificidades desses educandos enquanto sujeitos que construíram saberes ao longo dos anos de suas vidas”(SOARES *et al.*, 2011, p.171). Com o intuito de promover mudanças na estruturação da EJA nas escolas de Minas Gerais, no ano de 2016 a Secretaria de Estado de Educação propôs a reorganização da Matriz Curricular, inserindo a disciplina “Diversidade, Inclusão e Formação para a Cidadania”. O novo conteúdo prevê um trabalho interdisciplinar, planejado e executado de forma compartilhada pelos professores de Língua Portuguesa e Geografia. Assim, um dos principais objetivos das mudanças propostas pela SEE/MG é tornar as aulas na EJA mais atrativas e minimizar a evasão escolar desses educandos. Objetivo Geral: Investigar os impactos da implementação do conteúdo curricular “Diversidade, Inclusão e Formação para a Cidadania” na Matriz curricular da EJA – Ensino Fundamental II. Específicos: Descrever as expectativas dos alunos da EJA em relação à escola; Identificar as práticas pedagógicas que mais motivam os educandos e propor atividades que permitam aliar as vivências dos educandos aos conhecimentos trabalhados pela escola. Justificativa: Esta pesquisa se justifica por propor atividades interventivas em sala de aula, no âmbito da disciplina Diversidade, Inclusão e Formação para a Cidadania, bem como avaliar os impactos desta disciplina para a Educação de Jovens e Adultos, proporcionando delinear o trabalho com este novo componente curricular.

Material e métodos

O presente trabalho consiste numa pesquisa de cunho descritivo, com abordagem quantitativa. Participaram da pesquisa todos os alunos matriculados na escola nas turmas de EJA do Ensino Fundamental e os professores que trabalham com as turmas envolvidas. Os critérios de inclusão são: alunos regularmente matriculados na escola e professores que trabalham com as turmas envolvidas na pesquisa. Critérios de exclusão: faltar no dia da aplicação do questionário. Para a realização da pesquisa foram aplicados dois questionários semiestruturados elaborados pela professora pesquisadora, um como instrumento diagnóstico e outro ao final do período investigado, para a comprovação dos resultados. Os questionários foram compostos de 07 questões fechadas e 3 abertas. Dos dados levantados constatou-se que 90 % dos alunos afirmam ter elevado o interesse pelas aulas e pela escola, após o desenvolvimento das atividades propostas no conteúdo curricular estudado. Deste percentual, 98% atribuem o maior interesse pelos estudos à contextualização do conteúdo trabalhado e à possibilidade de vivenciar a aplicação prática do mesmo. Dos professores, 95% afirmaram que os educandos melhoraram a postura frente aos desafios propostos pela escola e 98% afirmaram que observaram significativa melhora no desempenho dos estudantes, após o estudo do novo componente curricular.

Resultados e discussão:

A pesquisa proporcionou constatar que o trabalho desenvolvido nas aulas de Diversidade, Inclusão e Formação para a cidadania, favoreceu a criação de um ambiente de ensino colaborativo em sala de aula e fora dela. O compartilhamento de saberes pelos professores dos conteúdos de Língua Portuguesa e Geografia, com foco na formação do cidadão, proporciona a educadores e educandos a possibilidade de remodelar a escola num espaço aberto à heterogeneidade, a pluralidade e à diversidade de uma sociedade dinâmica e que se quer inclusiva.

Conclusões

Análise dos resultados obtidos nesta pesquisa aponta para a necessidade do desenvolvimento de políticas educacionais verdadeiramente comprometidas em abarcar toda a dimensão de especificidades da Educação de Jovens e Adultos. A escola precisa acolher os educandos da EJA em toda a sua diversidade e buscar, através de práticas pedagógicas alicerçadas em seu papel emancipador, promover o engajamento do aluno na construção do saber e ampliar suas possibilidades de participação na sociedade.

Agradecimentos

Agradeço aos professores Alex Sandra Aparecida Oliveira Magalhães e Icaro Magno por compartilharem entusiasticamente o trabalho com a disciplina Diversidade, Inclusão e Formação para a Cidadania e aos alunos da EJA da E. E. Professor Onésimo Bastos pela oportunidade e experiência de vivenciar essas atividades.

Referências bibliográficas

Realização:



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO
E INOVAÇÃO SUPERIOR



Apoio:



BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 04 de jun. de 2017.

BRASIL. MEC. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de Julho de 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em 04 de jun. de 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005